

# AMEAÇAS E AGRESSÃO DO CCC A ROCHA BARROS CAUSARAM A SUA MORTE

Luiza Sansão  
Jornalista

Arquivo de família



O professor (de óculos) com a esposa Cristina e amigos

*Na noite de 16 de outubro de 1968, o professor Alberto Moniz da Rocha Barros, da Faculdade de Direito da USP, foi atacado e agredido por integrantes do “Comando de Caça aos Comunistas” (CCC), alunos daquela instituição, que o derrubaram e lhe deram pontapés. Rocha Barros, que já vinha sofrendo ameaças e insultos por suas posições de esquerda, passou a viver em estado de grande tensão e morreu de infarto menos de dois meses depois. Por iniciativa do professor Goffredo Teles, a Congregação da faculdade abriu uma sindicância, cujo resultado jamais foi dado a conhecer*

“Depois de terminada sua aula de Introdução à Ciência do Direito no curso noturno, o professor Alberto Moniz da Rocha Barros saiu da faculdade e atravessou o Largo de São Francisco para comprar um maço de cigarros em um estabelecimento comercial que existia no lado oposto. Ao entrar, dirigiu-se ao caixa. Nesse momento, viu um grupo de alunos se aproximando e ouviu um deles gritar: ‘Professor comunista filho da puta!’. Um deles se aproximou e lhe deu um arrasta-pé. Despreparado como estava, caiu ao chão e sofreu pontapés nas costas, e o grupo saiu, dando risadas. Com grande dificuldade e com a ajuda de algumas pessoas, conseguiu levantar-se, tomou um táxi e foi para casa, onde recebeu atendimento médico”.

É assim que Ovídio Rocha Barros Sandoval, sobrinho do professor Rocha Barros, relata o episódio em que o respeitado professor da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, da Universidade de São Paulo (FD-USP), foi agredido por alunos da instituição, integrantes do grupo paramilitar “Comando de Caça aos Comunistas” (CCC), em 16 de outubro de 1968. Em 9 de dezembro, menos de dois meses após a agressão de que foi vítima, o professor Rocha Barros, então com 59 anos, faleceu.

Nascido em Jaboticabal (SP) em 1909, Alberto Moniz da Rocha Barros terminou o segundo grau na cidade natal e veio viver em São Paulo, onde ingressou em duas faculdades com apenas 14 anos de idade. Assim, em 1927, com meros 18 anos, o filho de Adelaide Aída Moniz de Aragão da Rocha Barros, dona de casa, e

Arquivo da família

**Rocha Barros na São Francisco**

Elias da Rocha Barros, médico, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e deputado estadual pelo Partido Republicano Progressista (PRP), formou-se, simultaneamente, em Direito, pela Universidade de São Paulo, e em Filosofia, pela Escolástica de São Bento. Ainda jovem, tornou-se procurador do trabalho do Estado de São Paulo.

Em 1945, casou-se com Maria Emília Mallet, com quem teve três filhos: Alberto Luiz, Elias Mallet e Valdemar Mallet da Rocha Barros. Em 1954, Rocha Barros tornou-se professor da Faculdade de Direito, onde ministrou a disciplina “Introdução à Ciência do Direito” até o fim de sua vida, sendo admirado e querido por alunos e colegas de trabalho. Em 1959, aposentou-se como procurador do Estado.

À sua trajetória profissional, Rocha Barros aliou a militância política. Documento do DOPS de 1939, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo, registra que ele tinha antecedentes políticos registrados pe-

**Ovídio Sandoval**

la “chefia dos Serviços Reservados” desde 1935. “Foi uma importante liderança do trotskismo no Brasil. Fez parte do grupo dirigente da dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da fundação do Movimento Comunista Internacionalista (MCI)”, lembra o ex-aluno de Rocha Barros e militante José Damião de Lima Trindade, 63, procurador do Estado.

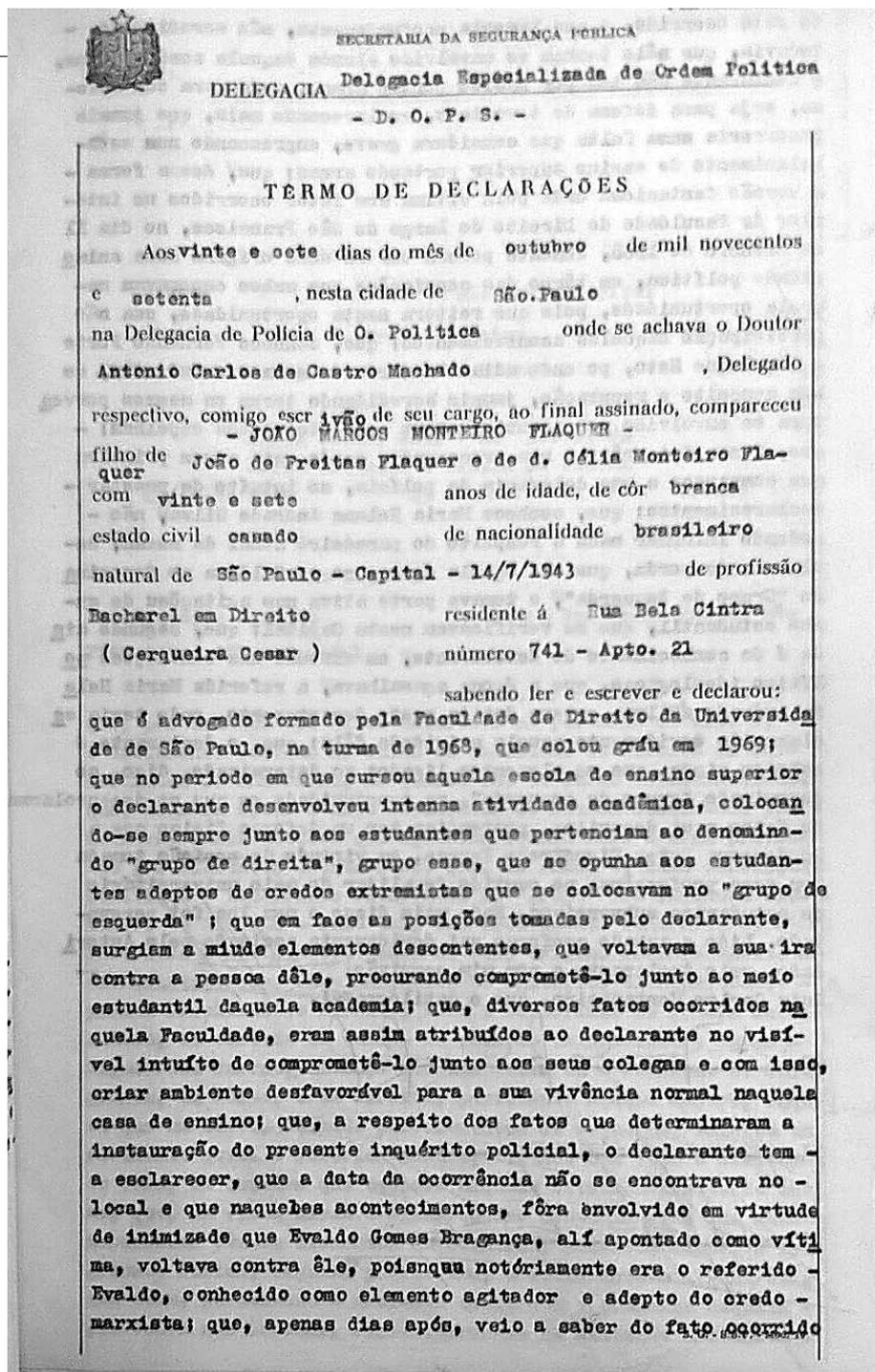
A agressão de que Rocha Barros foi vítima aconteceu menos de quatro meses depois de um episódio marcante na história da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Em 23 de junho daquele ano, o Centro Acadêmico XI de Agosto havia ocupado a faculdade. “Os estudantes protestavam contra a exacerbação do regime de exceção, durante o ano de 1968”, explica o professor e advogado Fábio Konder Comparato, que integrava a Congregação da faculdade e, como Rocha Barros, apoiou os estudantes, que lutavam por uma universidade crítica. “Nós nos reuníamos frequentemente, a fim de fixar a

estratégia de negociação, a qual, na verdade, não chegou a existir, pois a maioria absoluta da Congregação rejeitou-a sumariamente. De qualquer modo, aproveitei para me entreter quase que diariamente com o professor Rocha Barros, aprendendo muito com a sua experiência política”, conta Comparato.

*Logo após a ocupação da faculdade pelo centro acadêmico, “tirando a lição dos acontecimentos, o professor Rocha Barros teve a iniciativa de criar, com outros professores da USP, a primeira associação de docentes do ensino superior do nosso País”, conta o professor Comparato*

Junto a alguns colegas que também defendiam posições progressistas, como Goffredo da Silva Telles Júnior, Dalmo de Abreu Dallari e Cesarino Júnior, Comparato procurava mediar o diálogo entre os membros do Centro Acadêmico e a Congregação, maciçamente dominada por docentes conservadores.

“O papai foi um dos poucos docentes da Faculdade de Direito a colocar-se ao lado dos estudantes em passeatas e manifestações, lutando pelas reivindicações estudantis. Participar de passeatas era para ele um risco de vida, devido à angina de peito de que



**Depoimento em que João Flaquer assume ser “de direita”**

sofria que, frente à forte emoção ou esforço maior, poderia evoluir para um quadro de enfarte do miocárdio e fulminá-lo”, relata o filho mais novo de Rocha Barros, Valdemar Mallet da Rocha Barros, diretor da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP-USP). A dor e a indignação de Rocha Barros com o golpe militar

de 1964 são associadas por familiares ao primeiro infarto do professor, ocorrido meses após iniciada a Ditadura.

A ocupação da faculdade pelo C.A. XI de Agosto durou cerca de um mês e acabou reprimida pelo DOPS: “A polícia, armada, invadiu o prédio e prendeu muitos estudantes”, contou à *Revista Adusp* Leo-

nel Itaussu, professor aposentado da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), preso na ocasião. Itaussu pertencia à dissidência universitária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e era estudante de Ciências Sociais e da Faculdade de Direito, onde foi aluno de Rocha Barros, que, segundo ele, mantinha uma relação extremamente ética com os alunos e jamais escondeu suas posições políticas. “O professor Rocha Barros sempre deixou claro que estava do lado dos alunos e não da facção conservadora, que era a maioria dos professores da Faculdade. Conversava sobre suas posições políticas sem fazer agitação nem propaganda”. Ele acreditava que, por seus ideais marxistas e suas posições políticas muito claras, Rocha Barros despertasse o ódio dos estudantes de direita, o que teria resultado em ameaças. “E, dentro do próprio conteúdo da disciplina que ele dava, as posições dele eram progressistas”, recordou Itaussu, que faleceu em 5 de maio, poucas semanas após prestar este depoimento.

“Logo após o episódio, tirando a lição dos acontecimentos, o professor Rocha Barros teve a iniciativa de criar, juntamente com outros professores da Universidade de São Paulo, a primeira associação de docentes do ensino superior do nosso País. Essa associação tinha como presidente o professor Cesarino Júnior, e eu atuei como um dos diretores”, conta o professor Comparato.

Após a ocupação, Rocha Barros passou a sofrer ameaças constantes. “Ele era ameaçado a toda hora. Telefonemas, xingamentos na porta da faculdade, nos bares que frequenta-

va depois da aula”, relata o psicanalista Elias Mallet da Rocha Barros. Na noite de 16 de outubro de 1968, as ameaças materializaram-se, quando cinco integrantes do CCC submeteram o professor de quase 60 anos à habitual violência da organização, que promovia incidentes em assembleias estudantis e praticava atentados contra manifestações culturais contestatórias, como o espetáculo teatral “Roda Viva”.

“Ele foi jogado ao chão, chutado, e só pararam porque outros estudantes viram e foram em seu socorro. Uma estudante começou a gritar, por isto seus agressores fugiram”, lembra o filho Elias. Em casa, o professor recebeu atendimento do urologista Marlins Costa, pois havia sido chutado no abdômen e nos genitais. “O exame médico constatou um deslocamento em seu rim esquerdo e uma luxação em um dos braços, sendo aconselhado repouso absoluto. Recordo de meu tio usando tipoia em um dos braços e se locomovendo com enorme dificuldade, em razão das dores de que padecia. Contou-me sobre a covardia da agressão, era homem de estatura alta e um pouco gordo, e em razão disso a queda foi mais sofrida. Relatou-me a sua dor, diante do fato de ter ficado impotente de reagir a tão covarde agressão realizada por um grupo de canalhas”, conta o sobrinho Ovídio.

As semanas que se seguiram ao atentado foram especialmente difíceis para o professor, no que Elias definiu como “um dos períodos de maior tensão de sua vida”. Ele conta que o pai chegou a voltar às salas de aula após o ocorrido, porém muito abalado emocionalmente, mais ainda

do que fisicamente. Decorridos quase quarenta e cinco anos do episódio, Elias revela que o pai passou a ser escoltado: “Havia um grupo que lhe dava proteção na ida e na volta da faculdade, do qual eu fazia parte, assim como alguns de seus alunos e amigos. Depois desse ataque ele não andava mais sozinho. Era acompanhado discretamente embora ele não soubesse quem estava envolvido, pois não gostaria de colocar outras pessoas em perigo. Sua maior ferida era moral”.

Rocha Barros tinha conhecimento da escolta e, segundo Elias, temia que alguém do grupo que o protegia viesse a se machucar, passando a estar constantemente preocupado com a possibilidade de acontecer algo no trajeto entre sua casa e a faculdade. “Ele sabia ou intuía que algumas pessoas pudessem estar armadas e também que não controlava o esquema de sua proteção que foi montado por alunos, amigos e organizações estudantis, e que a existência deste não dependia de sua vontade”, escreveu o filho.

---

***A revista O Cruzeiro, a mais importante da época, na edição de novembro de 1968, identificou João Monteiro Flaquer e Fernando Forte (alunos da FD-USP) como membros do CCC, o que já era sabido por seus colegas.***

***Ambos são suspeitos da agressão a Rocha Barros***

---

Alberto Moniz da Rocha Barros permanecia em constante estado de tensão, até que, dois meses após a agressão, em 9 de dezembro de 1968, faleceu no Guarujá. Sua morte foi ocasionada por um infarto fulminante, cuja causa familiares e amigos relacionam ao seu estado emocional após o atentado. “A tensão contribuiu, não tenho a menor dúvida, para sua morte. A agressão física não causou sua morte, embora tivesse sido feia. Ele sofria com o ataque, não com os danos físicos. Ele passou a viver numa grande ansiedade e isto, creio eu, o levou ao segundo enfarte. Não tinha medo propriamente, mas uma enorme preocupação com a família e com o que estava acontecendo, passou a dormir mal, deixou de se cuidar, passou a comer muito etc.”, conta Elias. “A agressão sofrida por ele, a meu ver, certamente contribuiu de forma significativa para que ele sofresse o enfarte fulminante que o matou”, afirma Valdemar. “O enfarte que foi a causa da morte do professor Rocha Barros teve uma relação de causalidade direta com as agressões que ele sofreu e com os dramas emocionais que ele passou”, reiterou Itaussu.

Por proposta do professor Goffredo Telles, a Congregação da FD abriu sindicância para apurar a agressão sofrida pelo Rocha Barros. Em depoimento para a *Revista Adusp*, Ovídio assim descreveu a sessão da Congregação que examinou a proposta: “Quando o professor Goffredo fez a proposta, um jovem e recente professor, que depois foi ministro do STF [Supremo Tribunal Federal], afirmou que



José Damião

se deveria ponderar o fato de que meu querido tio ‘havia sido agredido fora da faculdade’. No que foi interpelado pelo professor Goffredo: ‘Bem se vê que Vossa Excelência nasceu em Guaratinguetá, indo para o Rio de Janeiro, onde estudou e se formou. Nada conhece sobre esta Faculdade de Direito e o Largo de São Francisco, que, por tradição, sempre foi um território livre incorporado a esta Academia. Ademais, pelo seu valor como homem e professor de elevado saber e respeitado por todos, o professor Alberto Moniz da Rocha Barros, mesmo que fosse agredido no Amazonas, haveria de ter sua agressão examinada por ordem desta Congregação’”.

O “jovem e recente professor” que tentou empanar a investigação do crime cometido contra Rocha Barros (e que foi duramente reprimido por Goffredo) era Jo-



Elias Mallet

sé Carlos Moreira Alves, que mais tarde prestaria serviços à Ditadura Militar como procurador-geral da República, nomeado pelo ditador Garrastazu Médici (1972), e ministro do STF nomeado pelo ditador Ernesto Geisel (1975). Presidiu o STF em 1981-1982 e 1985-1987.

Apesar dos esforços de Goffredo para que os fatos fossem apurados, nenhum familiar ou amigo tomou conhecimento dos rumos tomados pela sindicância aberta pela Congregação. “Nunca soubemos do resultado desta apuração. Acho que nada fizeram. Nem mesmo, creio eu, soubemos da existência desta sindicância. Soubemos que o professor Goffredo, que continuou a ser nosso amigo, tentou de tudo para que algo fosse feito, mas o clima político era péssimo, logo depois veio o AI-5 e problemas maiores ocuparam os professores mais progressistas”, afirma Elias.



Leonel Itaussu

“Ninguém se metia nisso, porque esses eram grupos paramilitares”, afirmou Itaussu sobre os autores da agressão. Assim, houve silêncio em torno do caso, a despeito da indignação dos estudantes de esquerda. “Entre os alunos, a repercussão foi muito forte. Os alunos ficaram muito revoltados, ele era um professor muito querido”, lembra Damião.

Dois anos depois, em 27 de setembro de 1970, foram indiciados pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) três estudantes da FD acusados de participar do que, no inquérito, foi denominado “agitação do meio estudantil no mês de outubro de 1968”, conflito entre estudantes de esquerda e de direita, que resultou na morte do secundarista José Guimarães. Dois dos indiciados nesse inquérito são

apontados como suspeitos de terem participado da agressão a Rocha Barros: João Marcos Monteiro Flaquer, já falecido, e Fernando Forte.

A revista *O Cruzeiro*, a mais importante da época (hoje extinta), na sua edição de 9 de novembro de 1968 apontou Flaquer e Forte como membros do CCC, o que já era do conhecimento dos seus colegas de faculdade. Flaquer participou do ataque ao elenco do espetáculo “Roda Viva”, em julho do mesmo ano. Forte tinha “verdadeiros ataques de histeria quando em ação”, de acordo com a reportagem.

Mas o CCC, fortalecido em 1968 pelo endurecimento da repressão, e respaldado pelo Estado, às vésperas da decretação do AI-5, permaneceu impune após o atentado contra o professor, da mesma forma que em

outros atentados, como a invasão do Teatro Ruth Escobar, em que houve o ataque aos atores do espetáculo “Roda Viva”, em 18 de julho do mesmo ano.

*Grandes amigos e intelectuais participavam das conversas na casa do professor: “Mario Schemberg era uma figura constante, assim como Sérgio Buarque de Holanda, Paulo Emílio Salles Gomes, Arnaldo Pedroso d’Horta, Hermínio Sacchetta e muitos outros”*

A militância de Rocha Barros sempre foi do conhecimento de sua família, com quem o professor dialogava abertamente sobre suas posições políticas. “Meu pai era um conversador”, conta o filho Elias, que guarda na memória as reuniões que o professor fazia em casa, comumente após as dez horas da noite, horário em que retornava de suas aulas na faculdade. Grandes amigos e intelectuais de esquerda participavam das conversas: “Mario Schemberg era uma figura constante, assim como Sergio Buarque de Holanda, Paulo Emílio Salles Gomes, Carlos de Oliveira Coutinho, Silvio Marcondes e Pedro de Alcântara Marcondes, Arnaldo Pedroso d’Horta e seu filho

Luiz Horta, Hermínio Sacchetta, Orlando Gomes da Bahia e muitos outros. As conversas eram sobre política, música e literatura. Também alunos e ex-alunos apareciam. Meu pai adorava conversar com jovens. Amigos meus também se juntavam ao grupo. Falava-se muito da esquerda, da crise, do desencanto com a União Soviética, sobre o capitalismo de Estado que a dominava e que tinha sido objeto de sua tese”.

Maria Emília Mallet da Rocha Barros, primeira mulher do professor, morreu em agosto de 1955, aos 37 anos, quando os filhos ainda eram novos. Ele casou-se novamente em abril de 1957, com Maria Mamede de Freitas, sua companheira até o fim de sua vida e apoiadora de suas causas. “Ela não tinha propriamente uma militância ideológica. Minha madrasta, sobretudo, apoiava meu pai e tinha uma grande preocupação com todos”, lembra Elias, carinhosamente. “Claro que todos tinham medo de que ele fosse perseguido, mas éramos solidários. Eu militava no movimento estudantil, tinha sido presidente do Grêmio da Psicologia. Meu irmão Alberto também militava. Sabíamos que todos estavam em perigo. Minha madrasta também sabia de tudo, mas, como disse, éramos solidários. Sentiríamos mais medo se nos calássemos”, escreveu.

O mais velho dos três filhos, Alberto Luiz da Rocha Barros, falecido em janeiro de 1999, aos 69 anos, foi professor do Instituto de Física da USP, notável por sua atuação como docente e por sua militância política. Entre suas contribuições,

Arquivo pessoal



**Valdemar Mallet, diretor da FORP**

destaca-se a transformação da então Associação dos Auxiliares de Ensino da USP na atual Associação dos Docentes (Adusp), cuja primeira diretoria provisória integrou, bem como sua participação na batalha em defesa da universidade pública e, em 1976, na campanha pelo retorno dos exilados e pela anistia política de professores atingidos pelos atos de exceção.

O terceiro filho do professor, Valdemar Mallet, tinha apenas 18 anos quando o pai morreu. “De minha convivência com ele, embora por pouco tempo, ficou o senso de lealdade, de respeito pela honestidade de propósitos, assim como o respeito à ciência e ao conhecimento científico. A influência dele em minha carreira universitária foi marcante. Não fosse ele, não sei se teria obtido o êxito que obtive”, conta ele o professor titular da FORP-USP. “A Faculdade de Direito, com a morte do papai, perdeu um excelente docente, sério, dedicado às causas estudantis. A procuradoria e

a advocacia, um servidor honesto, cuja atividade profissional marcou época no foro de São Paulo. E eu perdi um pai amigo e muito amado, cuja memória evoco com muita admiração e profunda saudade”.

Familiares e colegas enfatizam a dedicação de Rocha Barros a seu trabalho como docente e, anteriormente, como procurador do Estado de São Paulo. “Homem de grande talento e possuidor de uma fantástica cultura geral, jurídica e humanística, marcou sua passagem em todas as atividades que exerceu”, escreve o advogado Ovídio sobre o tio, por quem nutre enorme admiração e em quem se inspirou profissionalmente. “Tive a honra de ser seu sobrinho, amigo e companheiro de escritório. Com ele aprendi inúmeras lições de vida e um grande amor ao Direito. Aprendi a estudar de forma sistemática e constante, ter amor à leitura e aos livros e, acima de tudo, ser um homem melhor como ser humano”, completa, comovido.

“Meu pai era antes de tudo um grande amigo dos filhos e de quem ele gostava. Prezava a lealdade e a honestidade acima de tudo. Não tolerava mentiras e hipocrisias, mas não era moralista. Ele tinha o dom de interessar as pessoas pelo assunto sobre o qual falava. Era uma pessoa interessante, engraçada, às vezes de mal humor. Lia desbragadamente e um dia me disse que em sua biblioteca só faltavam livros de engenharia”, revela Elias. “Por sinal meu pai foi para a Faculdade de Direito porque, apesar de ter sido aprovado na Escola Politécnica, não o deixaram cursar devido à baixa idade”.